

PALESTRA DO MAJOR-GENERAL FRANCIS S. GREENHIEF

**DETROIT, MICHIGAN
06 DE MARÇO DE 1968**

Traduzido pelo Tenente-Coronel — Dirceu Bittencourt de Sá,
da Inspeção Geral das Polícias Militares.

Minha presença aqui é algo que está sendo feito com atraso. Eu estava previsto para falar aqui no mês de outubro próximo passado, sobre a missão da Guarda Nacional, no controle de desordens civis ou como é conhecida pelo seu mais curto e sinistro título — “Tumulto”.

Vocês se recordarão daquele tempo em que a poeira da batalha ainda pairava sobre a parte oeste de Detroit, tão pesadamente como jamais ocorreu num teatro de guerra. Houve muito tumulto e gritaria sobre o que foi feito e sobre aquilo que deixou de ser feito — se demasiada força tinha sido usada, em tais circunstâncias, ou também muita prudência. Como é usual sob tais condições, generalizou-se mais calor do que luz. De fato, os prós e contras sobre as operações da Guarda Nacional assumiram certas características de tumulto, em que muitas delas estavam baseadas em rumores e boatos. Opiniões sobre o assunto tiveram um alto conteúdo de violência e irracionalidade.

A ocasião não parecia apropriada para mais palavras sobre o que era ainda um quadro confuso. Agora esse quadro tem se clareado pouco a pouco. Eu acredito que há uma melhor perspectiva sobre o

que a Guarda executou em relação à situação que ela estava enfrentando e às condições sob as quais atuou. Na minha opinião, contudo, um balanço real está ainda para ser feito. Mas isto é tarefa a ser examinada por pesquisadores e análises sobre aspectos social, político, econômico e militar da década dos 60.

Eu estou disposto a aguardar e conformar-me com o futuro julgamento sobre a Guarda que teve a árdua tarefa de ser a primeira a enfrentar o terror nas ruas de Newark e Detroit no verão de 1967. Minha opinião é que eles não se saíram mal.

Nesse meio tempo, é muito mais proveitoso discutir a correta aplicação de algumas das muitas lições que foram aprendidas por todos interessados nesse problema, no âmbito municipal, estadual, federal e certamente pela Guarda.

Esta discussão deve também envolver a missão de proteção que cabe à Guarda Nacional. As duas estão tão interligadas que uma não pode ser apresentada fora do contexto da outra.

Problemas sempre surgem em tais apreciações.

Tentarei não fazer estas palavras maiores do que elas são. Não de-

sejo assumir o papel do jovem no seu primeiro emprêgo que correndo para o seu patrão disse "senhor, eu tenho um problema".

Para que êle começasse a pensar positivamente, seu patrão disse-lhe rispidamente: "jovem, aqui nós não falamos de problemas. Nós os chamamos — Oportunidades".

Muito prontamente, o jovem voltou e disse, "senhor, eu tenho uma insuperável oportunidade". Uma das insuperáveis oportunidades da Guarda é esta de informar a seus concidadãos americanos, como certamente é justo, quais são suas responsabilidades, e como ela se desincumbe delas. A Guarda vem tentando superá-las há mais de 300 anos. Nós estamos ainda tentando, e com a considerável assistência de *Don Graves*, esperamos estar fazendo progresso.

Vamos começar com a identificação da Guarda. Isto envolve 2 (dois) termos: um é "milícia". O outro é "voluntário miliciano".

Geralmente a "milícia" compreende o inteiro poder humano militar do país entre 17 e 45 anos, independentemente do tempo de serviço militar como profissional. (1). Em última análise, inclui todos os jovens que estão em condições de prestação do serviço de recrutamento por seleção. Os Guardas pertencem a esta categoria. Mas não é — como é muitas vezes chamado — "O milícia". Especificamente, nós os chamamos "voluntário miliciano". (2). Isto é, êle se apresenta como voluntário para a instrução militar de tempo de paz, e, então automaticamente é

voluntário para o serviço no caso de guerra.

Agora, eu não sou tão ingênuo de pensar que cada guarda, hoje, seja voluntário pela grande simpatia à vida militar. Não pode haver ilusão quanto à origem da súbita popularidade do Serviço da Guarda conseguida há cêrca de 2 (dois) anos. Nós temos conseguido um certo número de jovens não porque êles tenham um "natural pendor para as paradas militares" — como o General George Washington descreveu o voluntário miliciano — mas porque êles selecionam a Guarda como uma honrosa alternativa, prevista em lei, para cumprir seu tempo de serviço militar obrigatório.

Mas, enfaticamente, eu não deprecio êsses jovens ou seus esforços. Êles cumprem seus deveres.

Ser militar não é sua vocação ou destinação. Êles são necessários em tempos como os atuais. Nunca há suficiente voluntariado miliciano para manter as unidades da Guarda prontas para a guerra, como também não há suficiente número de profissionais para manter as unidades da ativa prontas para a guerra.

O serviço profissional é a espinha dorsal das Fôrças Armadas. Do mesmo modo, o permanente voluntariado-miliciano é a espinha dorsal da Guarda. Como profissional, êle representa uma parte relativamente pequena do poder humano militar da Nação. Êle atende às necessidades militares de ambos, o Estado e a Nação. Ao mesmo tempo é um estudante ou homem de negócio,

(1) Para nós, êsse termo milícia corresponderia à reserva.

(2) Voluntário-miliciano é o nome dado ao voluntário da Guarda Nacional.

de indústria ou agricultura. Agora, é com esses dados que, tanto quanto possível, eu posso definir o Guarda. Ele pode oferecer alguns outros predicados como cidadão, ou ele pode oferecer vários, mas sua inclinação militar é um predicado de valor definido para o Estado e para a Nação.

A Guarda Terrestre e Aérea está distribuída em 50 estabelecimentos militares estaduais, cada um sob o comando do respectivo Governador. Há também uma Guarda Terrestre e Aérea em "Pôrto Rico" e uma no Distrito de Colúmbia. O efetivo autorizado desses estabelecimentos é função sobretudo do índice tributário de jovens que a população local oferece para a Guarda.

O Governador do Estado, como Comandante-em-Chefe, pode chamar suas Unidades de Guarda, toda vez que, em seu julgamento, elas forem necessárias à proteção da vida e da propriedade.

Em complemento, a Guarda Terrestre como um conjunto, e a Guarda Aérea como um conjunto, são componentes — ou partes, se os senhores preferem — do Exército e da Força Aérea dos EUA, respectivamente. Mediante autorização do Congresso, toda, ou qualquer parte, pode ser chamada pelo Presidente ao serviço federal nos Estados Unidos ou fora de seu território.

Então, nós dizemos que a Guarda Nacional tem a missão dupla de servir a ambos — Estado e Nação.

Isto pode parecer como um negócio desajustado, de ter dois "partes" a um só tempo. Nem tanto. É um sistema de trabalho muito prático, que tem sido desenvolvido através séculos de tentativas e erros

para atender às necessidades deste próspero país. Deixem-nos traçar este desenvolvimento em grandes linhas.

Começou em 1636 quando o 1.º Regimento constituído de soldados, cidadãos americanos, foi formado para a proteção da Colônia de Massachussets. Outras Colônias seguiram esse procedimento. Cerca de cem anos mais tarde aquelas Unidades de milícia colonial formaram a espinha dorsal do Exército do Gen Washington, que tornou a Revolução vitoriosa.

A Constituição foi adotada com uma cláusula (a 16.ª), dando ao Congresso autoridade para legislar sobre organização, equipamento e disciplina das Milícias. Outra cláusula (a 12.ª), dá ao Congresso o poder para criar e apoiar Exércitos.

Nos 125 anos seguintes, o Congresso tratou de assuntos relativos à Guarda Nacional e fundamentais para a vida da milícia. Pequena atenção foi dada — particularmente no que se referia a apoio. Como resultado, a Guarda foi composta unicamente de milicianos voluntários que se consideravam, antes de mais nada, Tropa Estadual. Discussões sempre surgem sobre a autoridade do Governo Federal de empregá-las.

Tais questões continuaram até o presente século quando o crescimento das responsabilidades internacionais tornaram necessário, para o Governo Federal, ter uma reserva efetiva para apoio às Forças Armadas (Exército e Força Aérea).

O Congresso respondeu com a mudança das bases Constitucionais da legislação da Guarda para a

cláusula sob a qual as Forças Armadas são organizadas e apoiadas.

Desde essa época, a Guarda tem prestado seu juramento não só aos EUA como também ao seu Estado. Os padrões de suas unidades, no que se refere a comando, treinamento e organização, têm sido estabelecidos em escala crescente. Há pagamento Federal para a Guarda enquanto em treinamento, bem como quando em serviço ativo federal. Há também apoio federal em armamento e equipamento.

Nessa situação, como tropa federal, a Guarda toda foi chamada para a 1.^a e 2.^a Guerras Mundiais. Foi chamada para participar do conflito da Coreia e por ocasião da crise em Berlim. Nosso cadastro de guerra é representado por estandartes, por batalhas e campanhas que os americanos travaram desde a Revolução até o Vietnã. Nós citamos esses fatos para comparação com outros.

A missão Federal não perturbou a missão Estadual. A Guarda terrestre ou aérea de Michigan, permanece ao comando do respectivo Governador até que seja determinado um serviço Federal. Mantém uma forte identidade estadual. Michigan assegura as instalações para sua Guarda. É recrutada, comandada e treinada por oficiais da Guarda de Michigan. Contudo, os padrões deste treinamento e as condições para o comissionamento e promoção dos seus oficiais, são os mesmos exigidos para as Forças Armadas.

Esta é, pois, a enorme herança militar do jovem dessa comunidade que põe o uniforme para receber instrução com uma Unidade da Guarda de Detroit, 16 horas por mês. E irá também ao campo por um tempo adicional de 15 dias, cada ano, para integral treinamento. Se há uma tempestade, dilúvio ou incêndio de proporções desastrosas (1), ele estará no cumprimento do dever estadual tanto tempo quanto necessário. Usará seu equipamento federal para isso, mas seu pagamento será por conta de Michigan. Se há uma desordem civil, ou a ameaça de sua irrupção, (2), e o Governo assim determinar, ele atenderá da mesma maneira.

O jovem Guarda que escolheu esta opção para prestar seu tempo de serviço militar treinará, e permanecerá disponível para o serviço ativo por seis anos.

Agora, a respeito do assunto referente ao cumprimento do dever Federal, deixem-me digressionar, por um momento, numa questão que tem atormentado a Guarda nos últimos dois anos. Parece-me evidente que este é um ponto crítico, pois tem se constituído em motivo de comparação do Guarda com a imagem dos manifestantes que queimam seu cartão de chamada (3) e "playboys" cabeludos e sujos. Eis a questão: com uma guerra em desenvolvimento, por que a Guarda ou qualquer parte dela não foi mobilizada?

Como os senhores sabem, isto foi resolvido em 25 de janeiro. A

(1) Missões de defesa civil, no quadro de calamidade pública.

(2) Missões no quadro da Manutenção da Ordem e da Segurança Internas.

(3) Trata-se de cartão de chamada para o serviço militar.

resposta provou ser justamente aquilo que o Departamento de Defesa dissera sobre isso. Em essência era: a Guarda deve ser mantida em reserva estratégica para fazer face às contingências que surjam enquanto as forças ativas estão lutando no Vietnam.

Esta menção foi uma surpresa para a Guarda. Até aqui, nós sempre tínhamos estado entre os primeiros a lutar desde "Bunker Hill" a "Bataan".

A administração baseia-se na necessidade de manter uma forte resposta para enfrentar contingências de modo mais econômico, sem perda da eficiência e com a menor dispersão dos recursos humanos da Nação.

A crise do "Pueblo" com aquela agressão contra a Coreia do Sul foi uma tal contingência. A convocação feita pelo Presidente incluiu 3 (três) Brigadas Táticas da Guarda Aérea com seus grupos, esquadrões e formações de apoio. A maioria dessas Unidades tinha tido um programa de instrução acelerado nos dois últimos anos, o que lhe permitiu permanecer com o efetivo completo, equipamento e maior número de horas para treinamento.

Quanto ao fato de que será ou não mobilizada no futuro, a opinião dos senhores é tão boa quanto a minha. Em outras palavras: eu evidentemente não sei, e, obviamente, este não é um assunto apropriado para especulação.

A convocação forneceu também as respostas a duas outras questões, que nós temos apresentado nos dois últimos anos. São elas:

— É possível para as Unidades da Guarda passarem direta-

mente ao estado operacional ativo sem um intensivo período de preparação após a mobilização? E a Guarda é um subterfúgio para o refratário à convocação para o serviço militar; é um organismo do qual o atleta profissional pode se valer para cumprimento do serviço militar enquanto segue seu ofício?

Nós desde há muito tempo, temos sabido as respostas a essas perguntas, alguns críticos não.

Os acontecimentos de 25 de janeiro demonstraram que a Guarda é algo tão inseguro quanto se pode imaginar para o "blefador". Ocorre também, que os guardas que são atletas profissionais são tão vulneráveis à chamada como aqueles que ocupam posição como empregados em postos de serviços, bancos oficiais, organizações executivas, caixeiros e pilotos de linhas aéreas. Isto unicamente confirma a evidência do assunto que vinha sendo apresentado de tempos em tempos no passado.

Eu nunca vi a definição do termo "blefador". Mas, se significa aquele que, voluntariamente, busca evitar o serviço militar, então certamente os guardas chamados a atuar no dia 25 de janeiro não podem ser assim qualificados.

Das 9178 cartas de chamada para o serviço ativo, mais do que 99% se apresentaram no dia marcado. Os 34 guardas que estavam ausentes na chamada inicial foram identificados como hospitalizados, ou a uma grande distância de suas unidades. Alguns, que são pilotos de linhas aéreas, receberam a chamada enquanto na Europa, Japão ou voando sobre o Pacífico Sul.

Se houve uma mais completa resposta a uma mobilização, eu nada sei sobre isso. Não tenho outros dados à respeito da mobilização ocorrida em "Lexington" e "Concord", (1) mas, dificilmente, poderia ter sido acima de 99%.

A respeito de se o preparo profissional da Guarda permite passar diretamente de uma fase de instrução para uma de operações, nós asseguramos que tal poderá ser feito se a Guarda tiver efetivo compatível, tempo de treinamento e equipamento adequado. As unidades de Guardas Aéreas mobilizadas, tinham tido esses elementos essenciais e se apresentaram prontas para o serviço para missões operacionais.

No que se refere à Guarda Terrestre, nós temos uma forte força de 120.000 homens, em unidades selecionadas que têm tido também treinamento acelerado. Estou confiante que esse dispositivo se chamado, poderá desempenhar-se de modo semelhante.

Uma longa e permanente meta tem sido trazer todo o efetivo da Guarda Terrestre e Aérea à realização de ações de resposta do mesmo nível daquelas das aludidas unidades selecionadas. Acreditamos que nos próximos anos isto será feito.

Agora, vejamos quanto a tumultos ou desordens civis — por qualquer nome seja chamado, em escala que possa ameaçar as instituições política, econômica e social da Nação.

O Presidente em sua Mensagem ao Estado disse que "a desobediên-

cia à lei deve ser severa e prontamente punida".

O Chefe do Estado-Maior do Exército declarou que a assistência às autoridades civis, no controle de tumultos, é a missão prioritária da Guarda nos tempos atuais. Eu cuso dizer que uma diretriz similar foi expedida pelo Gabinete de cada Governador de Estado. Posso assegurar que a Guarda Nacional está tomando essa diretriz ao pé da letra.

Deixem-me frisar, contudo, que a preparação para este dever não indica um desejo de executá-lo. Nenhuma missão é menos desejada. Ninguém reconhece mais claramente do que a Guarda que a repressão pela força é, para o tumulto, a mais custosa e de resultados precários. Ninguém reconhece mais claramente que a única resposta verdadeira para todos os imprevistos, é aquela procurada através dos seus quadros de cidadãos com base nos esforços da comunidade para corrigir as causas na sua essência. Isto merece o apoio de todos aqueles de boa vontade — sem olhar raças ou crenças.

Indubitavelmente, o caminho do sucesso desse esforço é tão longo, penoso e áspero como o próprio problema. Um sério bloqueio no caminho é apresentado por aqueles que ameaçam realizar tumultos para apoiar suas reivindicações ou que pregam que ele é inevitável.

Essas ameaças têm sido tomadas literalmente. A Guarda tem feito assim. A preparação para contê-los, se eles se materializam, estão sob

(1). Mobilização durante a guerra de independência.

diretrizes gerais de planejamento, treinamento e equipamento.

O propósito do planejamento é obter tropas de Guarda prontos para ação, preferentemente antes que um distúrbio transforme-se em tumulto e sempre antes que êle ultrapasse a possibilidade de controle pela polícia.

O primeiro elemento do planejamento é o estabelecimento com clareza da autoridade sob a qual a Guarda atuará. Em cada estado, o Governador, como comandante em chefe tem essa autoridade.

O plano deve também prever coordenação de esforços das unidades da Guarda com as forças da polícia estadual. A autoridade máxima de direção deve ser estabelecida, bem como a autoridade executora.

A autoridade para prender e deter, nós acreditamos, deve permanecer com a polícia, a não ser que uma lei marcial seja necessária. Contudo, sete estados investiram a Guarda com a autoridade inerente a delegados para efetuarem prisões quando chamada ao serviço estadual.

O planejamento deve também compreender a coordenação com as Tropas Federais, se elas forem chamadas à ação pelo Presidente. Neste caso, nós esperamos que as Unidades da Guarda venham a ser federalizadas e colocadas totalmente sob o controle do comandante da tropa federal.

Pontos de reunião, postos de comando, redes de comunicações e logística são também importantes elementos desse plano — como o são em qualquer operação militar.

O planejamento que eu propus tem sido executado em cada Esta-

do. O Exército tem se feito presente nesse planejamento através do representante do comandante de cada área. O General Wilson — Chefe do Gabinete da Guarda — e eu, estamos pessoalmente revendo esses planos no próprio local de cada Quartel Estadual.

Quanto ao treinamento. Cada unidade acaba de completar 32 horas ou mais de instrução em assuntos especiais sobre controle de tumultos. Este treinamento inclui procedimento da turba, liderança e disciplina no controle de distúrbios, e agentes de controle da turba. Várias unidades têm levado a efeito exercícios de treinamento junto à polícia estadual local.

Adicionalmente Comandantes e Estados-Maiores completaram 16 horas de treinamento, no seu escalão, sobre distúrbios civis, culminando com 8 horas de exercício de posto de comando para testar os planos das unidades.

A respeito do equipamento: O fuzil e a baioneta do soldado de Infantaria adequadamente empunhados são plenamente respeitados pela turba empenhada nas violências. Então, a Guarda é adequadamente equipada para sua missão. Contudo, há também, equipamento especializado, tais como, proteções blindadas, agentes químicos para dispersão da turba, armas especiais para tumultos e equipamentos de comunicação adicional. Há também necessidade de roupas para operações durante o inverno. Não é prático ou necessário suprir cada unidade da Guarda com tudo isso. Estocado, agora, pode ser distribuído em curto prazo, mediante ordem, por avião, se fôr necessário.

Não poderia terminar este assunto sem mencionar os negros da Guarda. Como os senhores estão cientes, os tumultos chamaram a atenção para o fato de que os negros representam uma pequena percentagem no que se relaciona à Guarda Terrestre e menor do que um por cento na Guarda Aérea. Têm sido realizado esforços, por vários anos, para aumentar essa percentagem. O resultado mais importante tem sido remover tôdas as barreiras raciais — através de lei ou medidas administrativas para o alistamento.

O fato permanece, embora um progresso muito pequeno já tenha sido obtido. O Presidente da Comissão sobre Desordens Civis ressaltou este ponto logo após o início das sessões no verão passado. O Presidente exortou a Comissão para que recomendasse o aumento do número de negros na Guarda.

Os Senhores talvez saibam, a Guarda de New Jersey solicitou, e foi autorizada pelo Departamento de Defesa, a um aumento de 5% no efetivo tanto no que se refere à Guarda Terrestre como na Aérea, para execução de um programa de alistamento. Isto atinge a soma de 740 homens para a Guarda Terrestre e 130 para a Guarda Aérea.

O programa começou dia 29 de agosto último. Até esta data, cerca de 58% da quota da Guarda Terrestre e aproximadamente 50% da Guarda Aérea foi atingida.

A ênfase atual ao aumento de integrantes da raça negra na Guarda foi interrompida pelos distúrbios civis. O propósito básico, contudo, é muito mais amplo. É fazer a Guar-

da verdadeiramente representativa da AMÉRICA, de seu governo e de sua ordem social. Em termos mais formais, é fazer a Guarda verdadeiramente representativa dos princípios da Constituição que os guardas passaram a apoiar e defender.

Então eu acredito que o objetivo da Guarda, propiciando oportunidades para cidadãos, que nasceram negros, serve paralelamente ao objetivo do esforço de Detroit de propiciar oportunidades econômicas, educacionais e sociais. Ambos os propósitos são urgentemente importantes pela imediata ameaça de violência, e porque eles representam, ainda, de modo categórico, o objetivo da AMÉRICA.

Na minha opinião, nós — e eu incluo todos aqueles de quaisquer origens raciais, que desejam executar esse objetivo através de esforços construtivos — e não destrutivos — estamos todos no mesmo barco. É uma situação parecida àquela do mergulhador, que no fundo do mar recebeu uma mensagem urgente do encarregado do convés da embarcação que dizia: "Depressa, suba, nós estamos naufragando".

Aquêles que estão necessitando igual oportunidade estão em perigo tanto quanto aqueles que estão tentando ajudá-los. Se um afundar os outros também afundarão. Eu resisto à tentação de levar isto mais adiante dizendo que o Barco do Estado está comprometido. Posso dizer que aconteça o que acontecer a esse barco, nós estamos nêle, assim tem sido nos últimos dois séculos. O barco tem quebrado e jogado mas nunca naufragou. Eu não acredito que isso venha a ocorrer agora.